



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete da Deputada Federal Paula Belmonte – CIDADANIA/DF

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO  
DOS TRABALHOS, PROJETOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL,  
VOLTADOS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA - CEXINFAN**

**REQUERIMENTO Nº                    /2020**  
(Da Sra. Paula Belmonte)

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta comissão para debater o tema “gravidez precoce e planejamento familiar”.

Senhor (a) Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, bem como o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que, ouvido o plenário desta Comissão, Vossa Excelência se digne a adotar as providências necessárias para a realização de Audiência Pública para debater **“gravidez precoce e planejamento familiar”**.

Para tanto, solicito que sejam convidadas a participar da audiência pública, aqui em voga, as seguintes autoridades:

- 1. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;**
- 2. Representante da Coordenação Geral de Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde - CGSAJ/MS;**

3. **Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;**
4. **Representante de Entidade Evangélica;**
5. **Representante do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;**
6. **Representante da Coordenação Geral de Ensino Médio do Ministério da Educação (CGEM/MEC)**

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Requerimento tem como objeto pedido de Audiência para debater o tema “gravidez na adolescência e planejamento familiar”.

O art. 227 da Constituição Federal preconiza a chamada **prioridade absoluta da criança, do adolescente e do jovem**, determinando ser dever “*da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*”

Sendo assim, utilizando o normativo constitucional como base e no sentido de engajar para que a prioridade sobre a primeira infância seja sempre pauta de preferência e excelência no Brasil, e para justificar a necessidade do objeto aqui perquirido, é importante falar também sobre a Lei nº 13.960/2019, de minha autoria, que institui o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021, além, e não menos importante, da Lei nº 13.257/2016, isto é, o Marco Legal da Primeira Infância.

Neste sentido, já é atestado, inclusive pelo Estado Brasileiro, que a primeira infância, período que compreende do nascimento até os 06 anos de idade, é estágio primordial na vida de todo e qualquer indivíduo, pois, é neste momento que experiências,

aprendizados e afetos são levados para o resto da vida, razão esta, que determina a necessidade de investimentos, políticas públicas e mecanismos legais que objetivem garantir um bom desenvolvimento infantil. Afinal, é nos primeiros anos de vida que o cérebro, se estimulado adequadamente, poderá atingir seu potencial máximo de aprendizado.

Conforme o ganhador do Prêmio Nobel de Economia, James Heckman, não há investimento mais rentável que aquele feito em crianças pequenas. Em sua tese foi demonstrado que a cada dólar investido em crianças pequenas existe um retorno de em média 07 dólares para a sociedade. Ou seja, investir nas crianças é a melhor forma de assegurar igualdade de oportunidades para superar a pobreza.<sup>1</sup>

Neste contexto, contido ao tema central da Primeira Infância se correlaciona também o objeto do requerimento aqui pleiteado, especificamente, “gravidez na Primeira Infância e Planejamento Familiar”, já que é pacífico o contexto frágil de mães menores de idade em relação ao desenvolvimento de seus filhos e o planejamento familiar.

A Lei nº 13.798/2019, sancionada pelo Presidente Jair Bolsonaro, institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, e demonstra a necessidade de foco e importância sobre o tema, uma vez que, anualmente, segundo a Associação Médica Brasileira, cerca de 18% dos brasileiros nascidos são filhos de mães adolescentes. Conforme a Associação detalha, “Em números absolutos isso representa 400 mil casos por ano; no mundo, por ano, são aproximadamente 16 milhões de adolescentes de 15 a 19 anos; 2 milhões de adolescentes menores de 15 anos”<sup>2</sup>. Além disso, nos países considerados de baixa e média renda o risco de morte das mães com menos de 15 anos é duplicado.

Sendo assim, o alinhamento sobre o tema aqui relacionado à Primeira Infância se torna imprescindível em sede de audiência pública, e, é nestes termos que contamos com o apoio dos nobres para a aprovação desta importante medida em prol da infância brasileira.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2020.

---

<sup>1</sup> <https://heckmanequation.org/resource/invest-in-early-childhood-development-reduce-deficits-strengthen-the-economy/>

<sup>2</sup> <https://amb.org.br/noticias/gravidez-na-adolescencia/>

**Deputada PAULA BELMONTE**

**CIDADANIA/DF**